

# **O ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA, A ACELERAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO E O DESEMPENHO DA ECONOMIA PORTUGUESA**

Augusto Mateus

Janeiro 2006

[\(amateus@amconsultores.pt\)](mailto:amateus@amconsultores.pt)

Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa

Instituto de Formação Empresarial Avançada (IFEA)

Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores

O contexto global da evolução mais recente da economia portuguesa no período de transição para o século XXI que vivemos tem sido marcado por um **quadro estrutural de “crescimento diminuído”** provocado, em grande parte, pela perda de competitividade internacional da economia portuguesa, no quadro mais geral das dificuldades de crescimento da União Europeia numa economia mundial crescentemente marcada pelo desempenho mais positivo das grandes economias emergentes ou em transição (China, Rússia, Índia e Brasil, nomeadamente) e pela **aceleração da globalização dos mercados e da abertura generalizada das economias ao comércio internacional**<sup>1</sup>.

A **perda de velocidade competitiva da economia portuguesa no quadro de uma União Europeia em alargamento** torna-se tanto mais relevante quanto a economia portuguesa acumula um sério estrangulamento estrutural no que respeita ao nível de educação da sua população activa. Os países do alargamento surgem assim, face a Portugal, como países de baixos salários e elevados níveis de educação, isto é, podendo disputar com sucesso oportunidades de investimento estrangeiro em actividades menos exigentes (baixo custo do trabalho) e em actividades mais exigentes (disponibilidade em competências associadas a níveis mais elevados de educação).

A evolução da posição competitiva da economia portuguesa, no quadro da formação de uma Europa alargada, parece, assim, trazer novas questões e dificuldades, nomeadamente as que relevam da articulação entre a necessidade de **acelerar a mudança do padrão de especialização** e a entrada mais decisiva e relevante em actividades e **modelos de negócio** baseados em factores avançados e sofisticados, por um lado, e a necessidade de ganhar dimensão e corrigir as desvantagens de uma localização relativamente periférica, em relação ao novo centro de gravidade desta nova Europa alargada, **acelerando o esforço global de abertura e internacionalização da economia portuguesa**.

## **1. OS DESAFIOS DA COESÃO NUMA EUROPA ALARGADA E DIVERSA: A URGÊNCIA DO RELANÇAMENTO DA CONVERGÊNCIA REAL DA ECONOMIA PORTUGUESA**

A análise dos processos de **convergência económica no espaço da União Europeia alargada** permite caracterizar o percurso concreto realizado por cada uma das 25 economias nacionais que constituem, hoje, a União Europeia e situar, nesse contexto relativo, o desempenho da economia portuguesa. A comparação das diferentes situações ao longo do período de vigência do segundo (1994-99) e terceiro (2000-06) ciclos de programação estrutural<sup>2</sup> permite sistematizar a evolução verificada nos processos de convergência em torno de quatro linhas principais:

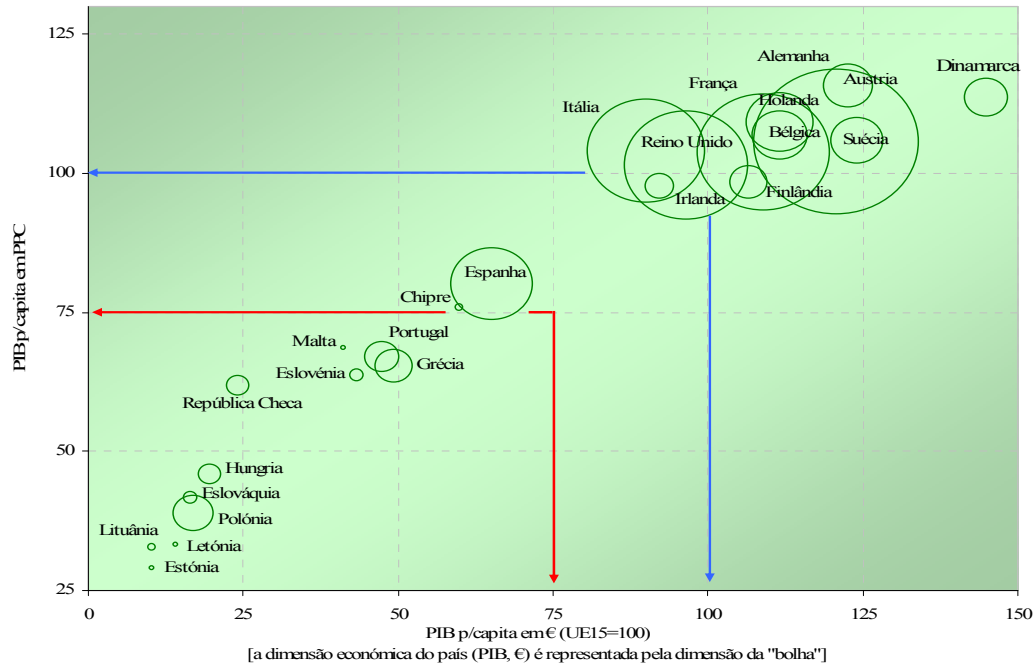
---

<sup>1</sup> A comparação da evolução das exportações mundiais de produtos industriais, que se multiplicaram, em volume, por cerca 2,4 vezes entre 1990 e 2004 e do produto interno bruto a nível mundial, que “apenas” se multiplicou por 1,4 vezes, ilustra expressivamente este fenómeno que, embora se desenvolva mais intensamente nas actividades industriais, se constitui como fenómeno global envolvendo a produção de bens e de serviços.

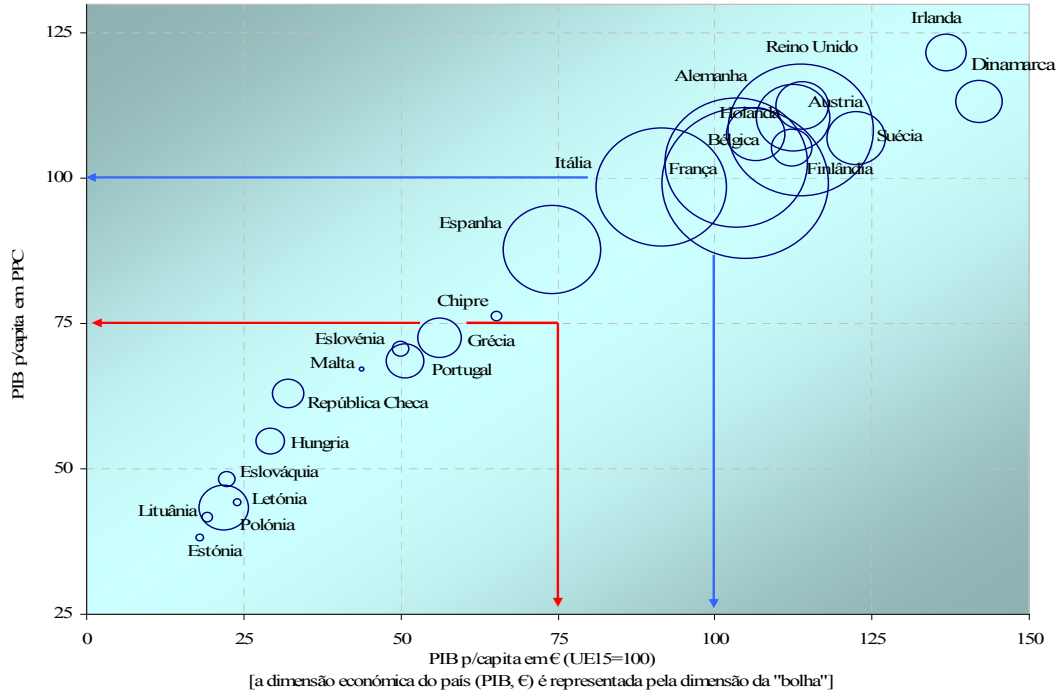
<sup>2</sup> O referencial utilizado articula a evolução de cada economia no “plano” traçado pelas “coordenadas” fornecidas pelo respectivo posicionamento relativo em termos de *nível de vida interno* (PIB per capita em PPC) e de *poder de compra internacional* (PIB per capita em euros correntes).

- No horizonte temporal da vigência do segundo ciclo de programação estrutural (1994-99), as economias nacionais distribuíam-se com base numa configuração por agrupamentos “regionais” caracterizada por um **primeiro “pelotão”** de 12 economias mais desenvolvidas (integrando já uma Irlanda em rápida convergência), bastante homogéneo no nível de vida interno, embora com diferenças ainda relevantes em poder de compra internacional, seguido de um **segundo “pelotão”**, englobando o “Sul” e o “Mediterrâneo”, isto é, os restantes “países da coesão” (Espanha, Portugal e Grécia) e os muito pequenos “países do alargamento” (Chipre, Malta e Eslovénia). Os restantes “países do alargamento” configuravam, então, um **terceiro “pelotão”**, mais afastado, englobando os países do “Báltico” e da “Europa Central e Oriental”;
- No horizonte temporal da vigência do terceiro ciclo de programação estrutural (2000-06), a configuração da distribuição das economias nacionais aproxima-se da coexistência potencial entre **dois grandes “pelotões” em formação e reorganização**, isto é, um **primeiro “pelotão” consolidado** de economias mais desenvolvidas, simultaneamente **maior e mais “alongado”**, isto é, mais heterogéneo no nível de vida interno e no poder de compra internacional, em função do ganho de velocidade de “pequenas” economias como a Dinamarca e Irlanda, e da perda de velocidade de “grandes” economias como a Itália, seguido de um **segundo “pelotão”** de economias menos desenvolvidas, **muito menos consolidado e muito mais alongado, mas em aproximação interna**, quer do nível de vida, quer do poder de compra internacional, englobando as várias periferias a “Sul” e a “Leste”;
- As **“grandes” economias europeias** (Alemanha, França, Itália e Reino Unido) conheceram trajectórias de evolução bastante diferenciadas, influenciadas decisivamente por processos exteriores à própria lógica das políticas estruturais europeias, onde se destacam, nomeadamente, as consequências da reunificação alemã e a permanência do Reino Unido fora da zona euro, que produziram uma profunda transformação do respectivo posicionamento e hierarquia no “mapa” do nível de vida interno e do poder de compra internacional, caracterizada pela aproximação entre a Alemanha e a França, pelo retrocesso da Itália e pelo progresso, claro, do Reino Unido.
- A **economia portuguesa** apresenta uma **trajectória de convergência limitada e em desaceleração**, mais marcada, no plano positivo, pelo afastamento de uma muito vulnerável “posição de partida”, do que pelo alcançar de uma “posição de chegada” confortável. A melhoria relativa da posição portuguesa, no contexto global do espaço da União Europeia alargada apresenta uma limitação fundamental, marcada pelas dificuldades experimentadas, sobretudo, no actual ciclo de programação estrutural, que se traduziu num certo “contra desempenho” no espaço, mais dinâmico, das economias com um PIB per capita inferior ao nível médio da União.

**GRÁFICO 1: AS ECONOMIAS NACIONAIS NA EUROPA ALARGADA**  
**PERÍODO DO QCA II – 1994-1999**  
 (PIB PER CAPITA, UE-15 = 100)



**PERÍODO DO QCA III – 2000-2006**  
 (PIB PER CAPITA, UE-15 = 100)



Fonte: Augusto Mateus & Associados (cálculos com base em informação contida em Comissão Europeia (2005), *Statistical Annex of European Economy*, ECFIN/REP/50886/2005).

A **economia portuguesa** chegará ao final do período de vigência do QCA III em pior situação relativa do que o iniciou, registando, em termos acumulados, **os mais modestos ganhos em matéria de convergência, entre os “países da coesão”**, quando consideramos a média dos últimos dois ciclos de programação estrutural (1994-99 e 2000-06). Com efeito, enquanto Portugal progride 2,1% em PIB per capita relativo em PPC, face à média da UE-15, a Espanha progride 9,4%, a Grécia 11,1% e a Irlanda 24,7%.

As dificuldades de convergência real da economia portuguesa na União Europeia, que se começaram a manifestar no arranque do QCA III, aprofundaram-se cumulativamente ao longo da sua execução revelando dificuldades competitivas de natureza estrutural particularmente vulneráveis às transformações produzidas pela UEM e pelo alargamento.

A análise da evolução recente do processo de convergência da economia portuguesa, nomeadamente no quadro do recente alargamento da UE, reforça, no quadro preparação do próximo período de programação estrutural, a **necessidade de encontrar modelos mais competitivos de organização empresarial integrando novos factores e recursos com expressão ao nível do valor criado**, de forma a criar de condições efectivas para inverter uma trajectória que pode vir a situar a economia portuguesa, depois de 2006, numa posição difícil, mais próxima do grupo dos países da Europa Central e mais afastada daquele que foi, até aqui, o seu grupo de referência (Grécia, Espanha e Irlanda).

## **2. UMA EVOLUÇÃO CONJUNTURAL ADVERSA SEM AJUSTAMENTOS ESTRUTURAIIS: A IMPRESCINDÍVEL RENOVAÇÃO DE UM MODELO DE CRESCIMENTO ESGOTADO**

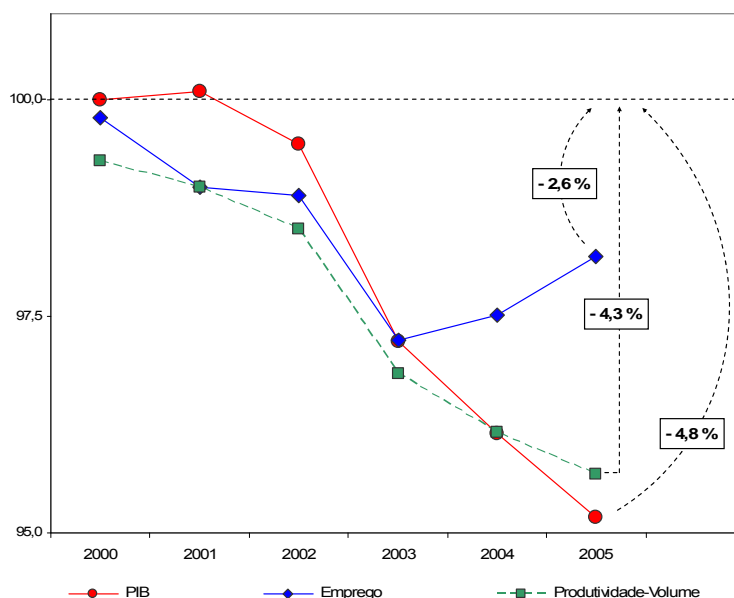
O desempenho recente da economia portuguesa exprime, mais do que a adversidade conjuntural de um crescimento fortemente diminuído, a lentidão nos ajustamentos ou reformas estruturais, tornados cada vez mais necessários, seja para a afirmação competitiva da economia portuguesa em mercados globalizados, seja para o cumprimento das exigências do novo regime macroeconómico introduzido pela disciplina da UEM e pela adopção de uma moeda e de uma política monetária europeias. A degradação das finanças públicas portuguesas e as dificuldades de prossecução dos esforços de consolidação orçamental e fiscal constituem um exemplo significativo das características assumidas por esta “conjuntura longa” que o próximo período de programação estrutural terá de enfrentar.

O comportamento recente da economia portuguesa corresponde, assim, muito mais a um processo de **“estagnação estrutural”**, originado pelo esgotamento de um modelo extensivo de crescimento económico e pela degradação da respectiva competitividade, no contexto, mais geral, de uma globalização em aprofundamento, e mais particular, de uma Europa em alargamento, do que a um processo de mera **“recessão conjuntural”**, originado por um choque exógeno induzido pela evolução menos favorável da economia mundial e, em particular, das economias dos nossos principais parceiros económicos.

Os problemas e desafios que esta situação macroeconómica reflecte e coloca, muito embora a dimensão quantitativa da divergência conjuntural acumulada pela economia portuguesa no seu desempenho relativo em relação à UE-15, no período 2000-05, se traduza no valor expressivo de um nível de actividade diminuído em 4,8%, são de natureza predominantemente qualitativa e envolvem três grandes áreas:

- A **relação entre emprego e produtividade**, onde a economia portuguesa vai enfrentando um aumento da taxa de desemprego sem que essa evolução constitua uma manifestação de uma reestruturação sectorial e empresarial, uma vez que o seu modelo de crescimento continua a apresentar traços extensivos (“mais do mesmo”) muito marcados, nomeadamente através de um diferencial negativo acumulado, face à trajectória da UE-15, bem mais pronunciado na evolução da produtividade em volume (-4,3%) do que na evolução do emprego (-2,6%);

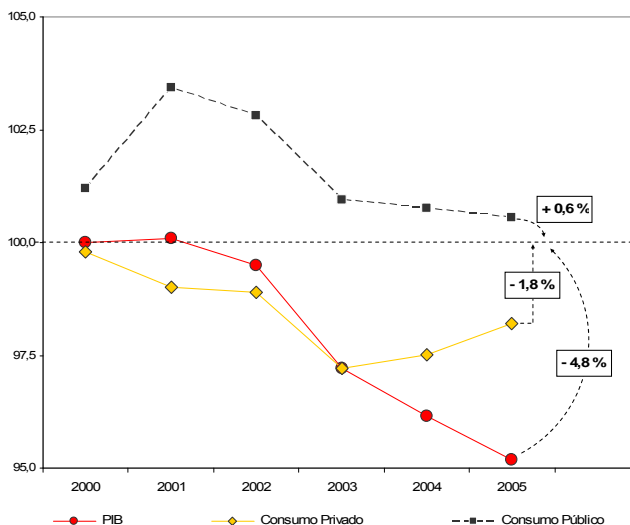
**GRÁFICO 2: PORTUGAL VS. UE-15:**  
**UMA “ARBITRAGEM” EXTENSIVA ENTRE EMPREGO E PRODUTIVIDADE**  
 (DIFERENÇAS DE VARIAÇÃO ACUMULADAS DESDE 1999, UE-15=100)



Fonte: Augusto Mateus & Associados (cálculos com base em informação contida em Comissão Europeia (2005), *Statistical Annex of European Economy*, ECFIN/REP/50886/2005).

- O **peso global do consumo público**, onde a economia portuguesa vai enfrentando uma resistência à sua baixa relativa, alimentada pela rigidez das suas principais componentes e pelas limitações e oscilações das opções assumidas no caminho da consolidação orçamental no quadro da disciplina do Pacto de Estabilidade e Crescimento, uma vez que o consumo público se configura, neste período, como a única grande variável macroeconómica com um crescimento acumulado superior (+0,6%) ao verificado na UE-15, bem acima da evolução do consumo privado (-1,8%);

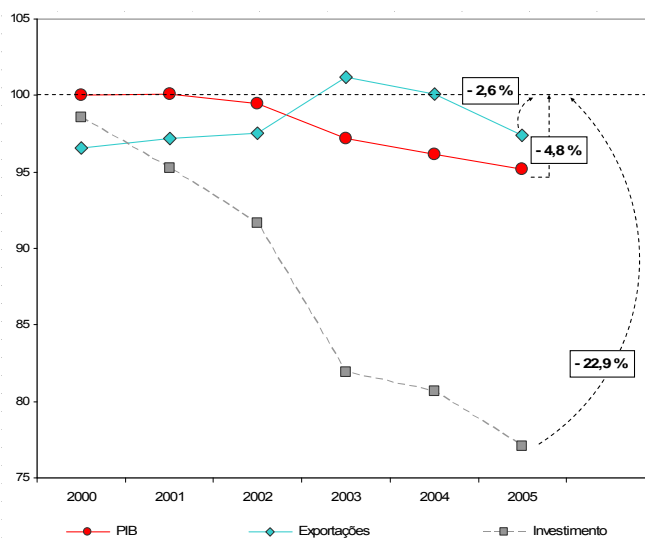
**GRÁFICO 3: PORTUGAL VS. UE-15:  
A RESISTÊNCIA DO CONSUMO PÚBLICO A UMA BAIXA RELATIVA**  
(DIFERENÇAS DE VARIAÇÃO ACUMULADAS DESDE 1999, UE-15=100)



Fonte: Augusto Mateus & Associados (cálculos com base em informação contida em Comissão Europeia (2005), *Statistical Annex of European Economy*, ECFIN/REP/50886/2005).

- O anemia do comportamento das variáveis estruturantes da iniciativa empresarial sustentável, o investimento e as exportações de bens e serviços, onde a economia portuguesa vai enfrentando uma importante e prolongada crise de **investimento** traduzida num expressivo decréscimo relativo acumulado, em relação à trajetória da UE-15 no período 2000-05, que alcança -22,9% acompanhada de um comportamento insatisfatório das **exportações**, nomeadamente depois de 2003, que registam, também, um decréscimo, apesar de ligeiro, na sua evolução diferencial acumulada em relação à trajetória da UE-15 (-2,6%).

**GRÁFICO 4: PORTUGAL VS. UE-15:  
A CRISE DO INVESTIMENTO E AS DIFICULDADES DAS EXPORTAÇÕES**  
(DIFERENÇAS DE VARIAÇÃO ACUMULADAS DESDE 1999, UE-15=100)



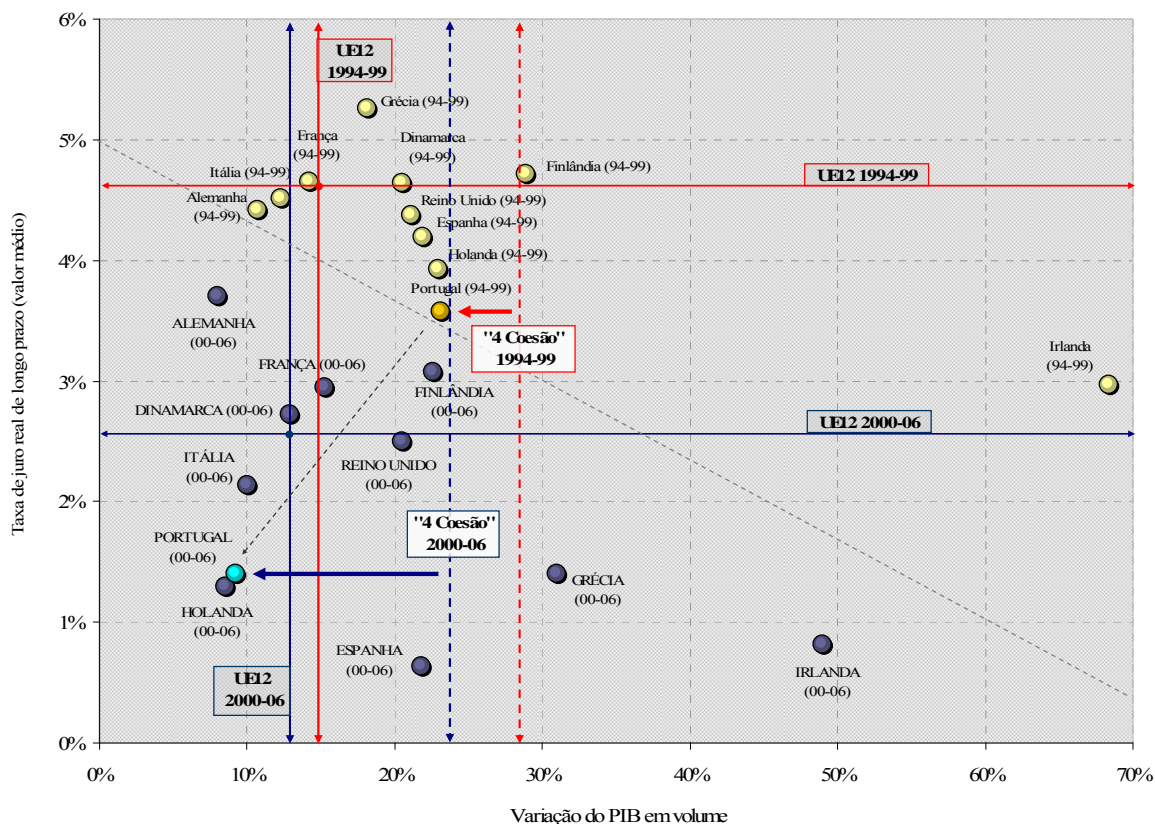
Fonte: Augusto Mateus & Associados (cálculos com base em informação contida em Comissão Europeia (2005), *Statistical Annex of European Economy*, ECFIN/REP/50886/2005).

A dinâmica de crescimento da economia portuguesa, no contexto europeu, ao longo dos períodos de vigência dos QCA II e III, reveladora do aprofundamento de uma divergência negativa, reflecte, também, uma sensibilidade particular aos **efeitos assimétricos** produzidos por **políticas macroeconómicas europeias** desenhadas, necessariamente, a partir de níveis de capacidade competitiva e de eficiência das estruturas empresarias claramente superiores aos alcançados pela economia portuguesa.

A comparação comportamento das economias europeias ao longo dos dois últimos ciclos de programação estrutural (1994-99 e 2000-06) permite situar, quer a dimensão do fenómeno de aumento da dispersão dos desempenhos nacionais, quer a dimensão das dificuldades sentidas pela economia portuguesa, no quadro mais geral da redução conjugada do nível das taxas de juro reais (relevante) e do ritmo global de crescimento económico (ligeira).

A economia portuguesa sofreu uma redução muito importante no seu ritmo médio de crescimento, quer em relação à média da zona euro (UE-12), passando de um ritmo de crescimento bem acima, para um ritmo de crescimento claramente abaixo, quer, sobretudo em relação ao crescimento médio dos “países da coesão”, afastando-se de forma muito pronunciada dos ritmos de crescimento económico mantidos pela Irlanda, Grécia e Espanha.

**GRÁFICO 5: A RELAÇÃO ENTRE TAXA DE JURO REAL E CRESCIMENTO ECONÓMICO**



Fonte: Augusto Mateus & Associados (cálculos com base em informação contida em Comissão Europeia (2005), *Statistical Annex of European Economy*, ECFIN/REP/50886/2005).

O desempenho da economia portuguesa, que apresenta, no ciclo conjuntural longo 2000-05, o mais importante retrocesso em relação ao ciclo 1994-99, parece poder caracterizar-se por um **impacto acrescido do choque assimétrico da valorização do euro**, na medida em que o seu perfil competitivo e concorrencial é o mais próximo do dos países emergentes, com moedas que se depreciaram em relação a euro, ganhando competitividade preço no mercado interno europeu, e por um **impacto diminuído da oportunidade reestruturadora fornecida pelo baixo nível das taxas de juro reais**, na medida em que parece ter induzido muito mais o endividamento para consumo de bens duradouros e aquisição de habitação, do que estimulado o investimento competitivo.

### **3. A TAXA DE CÂMBIO REAL COMO INDICADOR DE COMPETITIVIDADE: UM FORTE AVISO PARA MELHORAR A QUALIDADE DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DA ECONOMIA PORTUGUESA**

As dinâmicas de internacionalização na era da globalização articulam múltiplos factores da esfera real e da esfera financeira com reflexos na especialização internacional das economias nacionais. A produtividade, o custo internacional do trabalho por unidade produzida, a taxa de câmbio e o poder técnico e comercial de uma economia exprimem-se, de forma articulada, na respectiva capacidade de gerar e absorver valor internacional.

A **taxa de câmbio real**, a taxa de câmbio efectiva nominal corrigida por um deflator relativo a um determinado referencial de preços<sup>3</sup>, constitui, neste quadro, um indicador útil para a análise da competitividade numa perspectiva macroeconómica, mas com relevância microeconómica. Com efeito, uma apreciação da taxa de câmbio real indicia uma potencial perda de competitividade, tal como uma desvalorização da taxa de câmbio real indicia um potencial ganho de competitividade<sup>4</sup>. A análise da evolução da taxa de câmbio real das economias europeias, calculada com base nos custos unitários da produção nas actividades mais expostas à concorrência internacional, no período 1995-2005, é bem elucidativa quer da **diversidade de situações e modelos de internacionalização**.

As **dificuldades competitivas da Europa do Sul** (Itália, Espanha e Portugal) resultam bem evidentes, tal como os desempenhos positivos das pequenas economias que, no seio da zona euro (Irlanda e Finlândia) ou fora dela (Suécia), conseguiram alcançar dinâmicas relevantes de crescimento económico. Os casos referidos envolvem ganhos ou perdas de competitividade, mais ou menos sistemáticos ao longo do período analisado, constituindo Portugal e a Grécia as únicas excepções, isto é, conhecendo trajectórias diferenciadas, antes e depois de 1999, que, no caso português, correspondem à passagem de uma situação de ganho de competitividade, para uma situação de perda de competitividade.

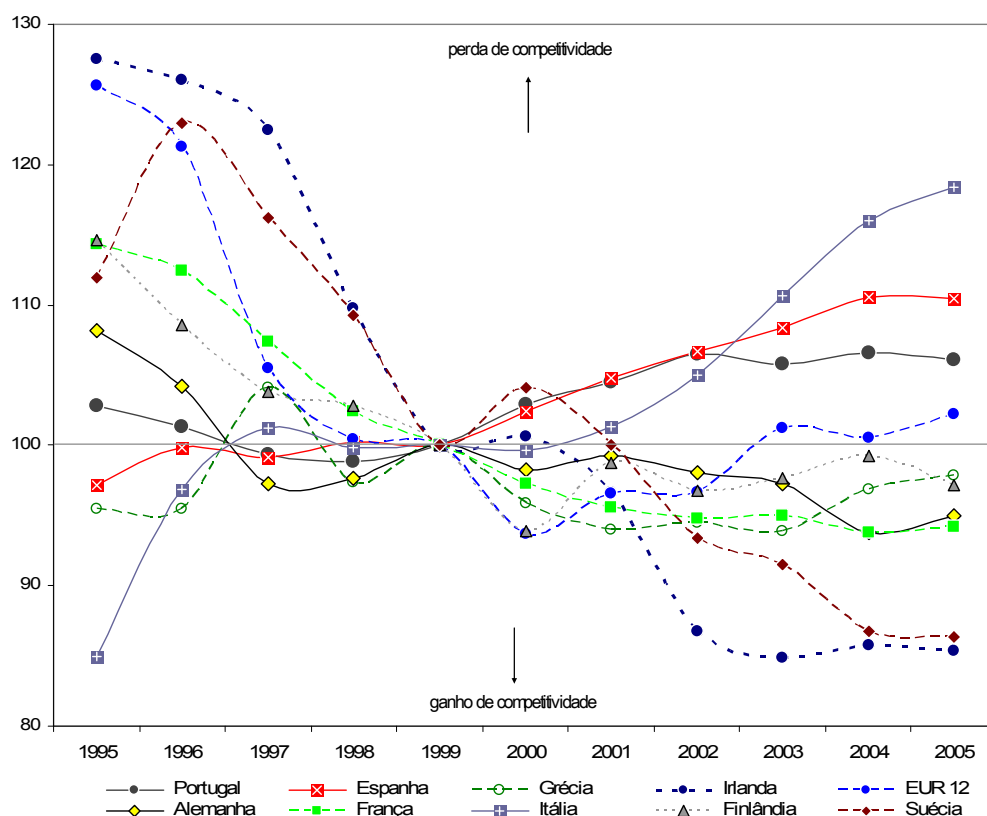
---

<sup>3</sup> Utilizam-se correntemente quatro grandes tipos de deflatores – a evolução dos preços do PIB, a evolução dos preços das exportações de bens e serviços, a evolução dos custos em trabalho por unidade produzida (CTUP) para o conjunto da economia e a evolução dos custos em trabalho por unidade produzida (CTUP) para as indústrias de bens transaccionáveis

<sup>4</sup> Potencial porque importa “ler” a evolução da taxa de câmbio real tendo em conta que outros factores, que não os preços e os custos, podem compensar, parcial ou totalmente, ou inverter os efeitos registados naqueles domínios, relevantes, mas parciais.

A economia portuguesa tem enfrentado uma progressiva deterioração da rendibilidade potencial do seu sector exportador desde que, terminado o ciclo de desvalorização do escudo que repunha, artificialmente, a competitividade-preço das exportações, bem como da produção para o mercado doméstico sujeita a concorrência de importações, e iniciado um novo regime cambial com a introdução do euro, não se assistiu a uma alteração estrutural suficientemente dinâmica, quer dos factores competitivos (em direcção à competitividade não-custo), quer da especialização internacional (em direcção a actividades de maior valor acrescentado).

**GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO REAL (CTUP NOS SECTORES CONCORRENCIADOS)**  
(REFERENCIAL: UNIÃO EUROPEIA (UE15), 1999=100)



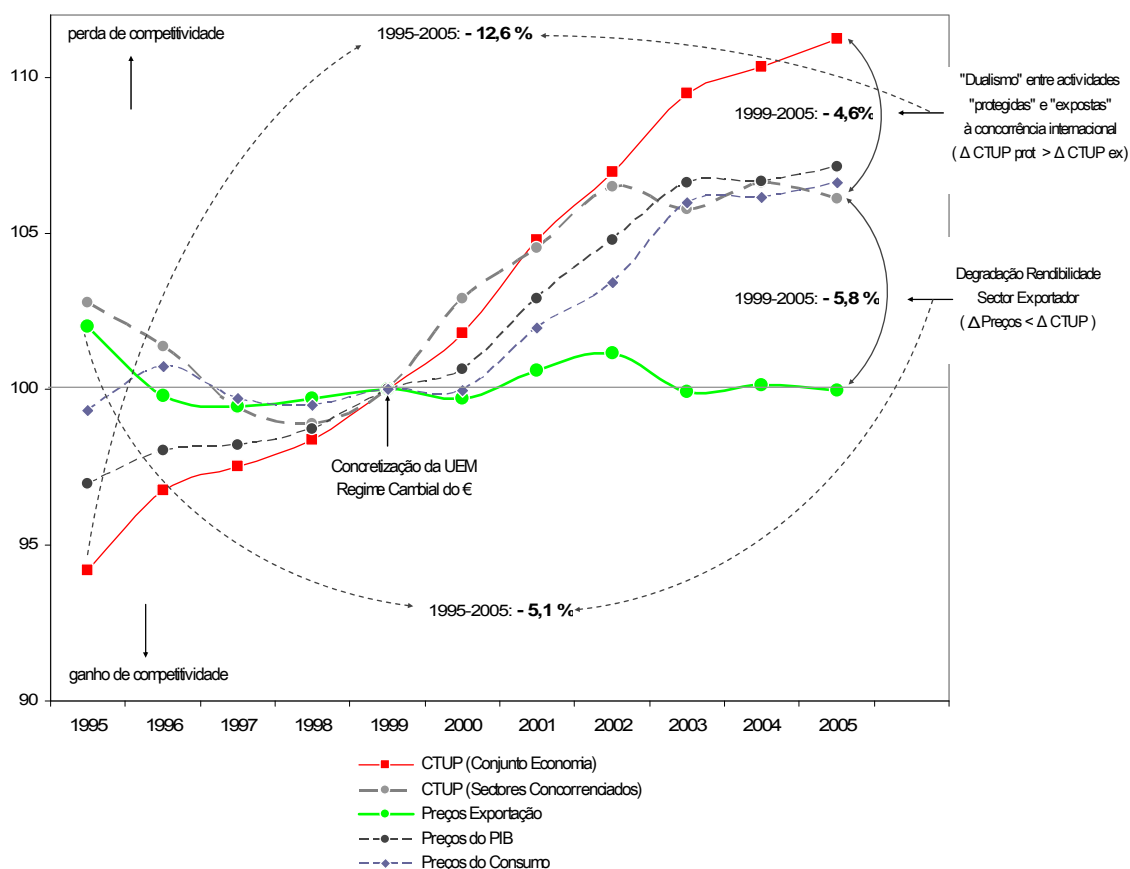
Fonte: Augusto Mateus & Associados (cálculos com base em informação contida em Comissão Europeia (2005), *Price and Cost Competitiveness*, ECFIN/C3/2005/51858).

O aprofundamento da análise da **experiência portuguesa** permite detectar um **forte desequilíbrio na relação entre evolução de preços e custos**, penalizando significativamente a rendibilidade das actividades de bens e serviços transaccionáveis. Portugal apresenta, com efeito, uma **degradação muito forte da posição competitiva externa**, em termos de custos e preços para o **conjunto da economia**, que, no entanto, surge **menos expressiva**, isto é, regista uma menor apreciação da taxa de câmbio real, quando avaliada em termos de **custos das actividades de bens transaccionáveis** e, sobretudo, em termos de **preços de exportação**.

A **posição competitiva externa da economia portuguesa**, avaliada com base na evolução da taxa de câmbio real, revela uma situação relativamente particular caracterizada por dificuldades, que tendem a consolidar-se, reflectindo dois problemas de natureza estrutural, particularmente “pesados” para os objectivos de coesão e convergência, que se manifestam sob duas formas principais:

- Uma **degradação da rendibilidade do sector exportador**, traduzida em ritmos de evolução dos CTUP nas actividades expostas à concorrência internacional superiores aos ritmos de evolução dos preços de exportação. A dimensão da degradação da rendibilidade do sector exportador pode ser estimada, no período 1999-2005, em -5,8%;
- Uma progressiva “**desconexão**” entre a evolução dos preços e custos internos e dos preços e custos internacionais, traduzida em ritmos diferenciados de evolução dos preços, com os preços de exportação bastante aquém dos preços do consumo ou da produção global, por um lado, e em ritmos também diferenciados de evolução dos CTUP, com os CTUP dos sectores concorrenciados bastante aquém dos CTUP do conjunto da economia. A dimensão da “desconexão” nos CTUP das actividades “expostas” e “protegidas” pode ser estimado, no período 1999-2005, em -4,6%

**GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO REAL EM PORTUGAL**  
(REFERENCIAL: UNIÃO EUROPEIA (UE15), 1999=100)



Fonte: Augusto Mateus & Associados (cálculos com base em informação contida em Comissão Europeia (2005), *Price and Cost Competitiveness*, ECFIN/C3/2005/51858).

Uma forma particular de **dualismo económico** e de **degradação da coesão económica** do país vai assim fazendo o seu caminho na economia portuguesa, com consequências negativas para o crescimento económico e para a qualidade da sua inserção internacional.

Os contornos desta forma de dualismo económico traduzem-se em restrições cada vez mais duras para a operação das actividades de bens transaccionáveis, seja em termos de preços e margens reduzidos, seja em termos de ajustamentos mais fracos e lentos na melhoria do quadro de remuneração dos factores produtivos (rendibilidade das empresas e/ou remuneração do trabalho), enquanto as actividades de bens e serviços não transaccionáveis vão escapando a essas restrições alcançando níveis de progressão de preços bem mais elevados, que tendem a atrasar os processos de reorganização e desenvolvimento tecnológico, necessários para gerar aumentos sustentados de produtividade, e a agravar as dificuldades competitivas das actividades expostas à concorrência internacional, gerando uma inflação interna mais elevada.

Os problemas de internacionalização da economia portuguesa traduzem-se, assim, no plano do comércio externo, na manifestação progressiva de uma **degradação da capacidade competitiva e concorrencial das exportações portuguesas** e exprimindo, sobretudo, uma insuficiente dinâmica de adaptação, da especialização de produtos e da natureza das vantagens comerciais, perante o aumento de uma dupla pressão concorrencial, “por cima”, originada em estratégias centradas no valor e na diferenciação, e “por baixo”, originadas em estratégias centradas no custo e no preço.

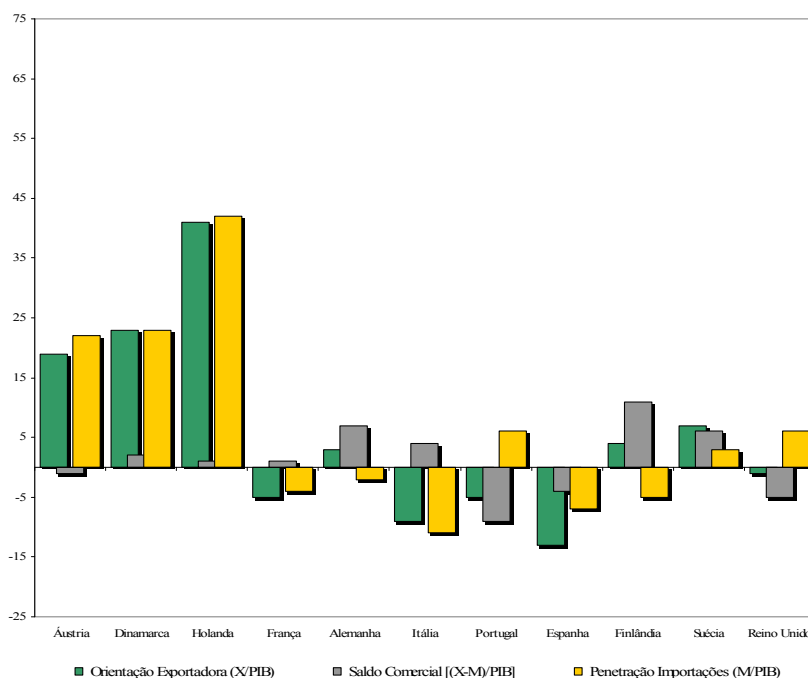
A economia portuguesa tem vindo, assim, a conhecer uma **progressiva e sustentada perda de quota de mercado das suas exportações** originada, nomeadamente, por uma concretização de níveis de exportação de mercadorias aquém da procura potencial induzida pelo dinamismo dos respectivos mercados de destino das exportações. O contexto desta perda de velocidade do dinamismo exportador caracteriza-se, também, por uma alteração relevante da própria estrutura das exportações que, afectando significativamente a fileira têxtil e do calçado se estende também, na fase mais recente, a dificuldades no segmento final da fileira automóvel e da fileira dos equipamentos eléctricos, conferindo uma **dimensão global** aos problemas de competitividade da economia portuguesa.

#### **4. A RELAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E EXPORTAÇÃO NA INDÚSTRIA: A INTERNACIONALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NÃO PODEM SER SEPARADOS**

A análise do nível de desenvolvimento tecnológico das actividades industriais, em articulação com a os diferentes modelos de inserção externa (exportação, importação, saldo comercial), no referencial, mais geral, do “mundo” mais desenvolvido e industrializado (a zona da OCDE), ou mais particular, das economias europeias, permite confirmar não só a relevância da aceleração da globalização para a reorganização das actividades industriais, como, sobretudo, entender que, nestes dois referenciais se vai reforçando de forma muito intensa a relação entre internacionalização e desenvolvimento tecnológico.

A posição global ocupada pela **economia portuguesa** no contexto das actividades industriais na Europa caracteriza-se por uma menor orientação exportadora relativa, por uma maior penetração relativa das importações no mercado doméstico e, consequência, destes dois factores, pelo **maior défice comercial industrial relativo nos seio da UE-15**. Trata-se, como se sabe, de uma **posição desequilibrada e dificilmente sustentável** que, no entanto, vai persistindo em sintonia com a manutenção de uma muito razoável vulnerabilidade competitiva da indústria portuguesa. O défice comercial é, neste contexto, uma outra forma de manifestação dos problemas de competitividade da economia portuguesa, tal como, os ajustamentos e reformas estruturais dirigidos à promoção da competitividade, se concretizados com sucesso, não deixam de produzir, em simultâneo, resultados no reforço da capacidade exportadora e na moderação da penetração das importações, reduzindo cumulativamente o défice comercial.

**GRÁFICO 9: A INSERÇÃO EXTERNA DAS ACTIVIDADES INDUSTRIAIS NA EUROPA**  
(A ORIENTAÇÃO EXPORTADORA E A PENETRAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES SÃO CALCULADAS COMO DIFERENÇAS EM RELAÇÃO À MÉDIA DA UE15, INCLUINDO O COMÉRCIO INTRACOMUNITÁRIO, VALORES PARA 2001)



Fonte: OCDE (2005), *Science, Technology and Industry Scoreboard 2005*

A posição específica ocupada pela economia portuguesa em cada um dos quatro grandes segmentos tecnológicos considerados (alto, médio-alto, médio-baixo e baixo nível tecnológico) no contexto das actividades industriais na zona da OCDE reflecte, pelo seu lado, duas características que qualificam o **desequilíbrio global** já identificado. Com efeito verificamos que:

- A orientação exportadora distribui-se de forma desigual pelos diferentes níveis tecnológicos, surgindo a indústria portuguesa com uma orientação exportadora superior à média da OCDE nos segmentos de baixa e média-alta tecnologia e com uma orientação exportadora inferior à média da OCDE nos segmentos de média-baixa e alta tecnologia;

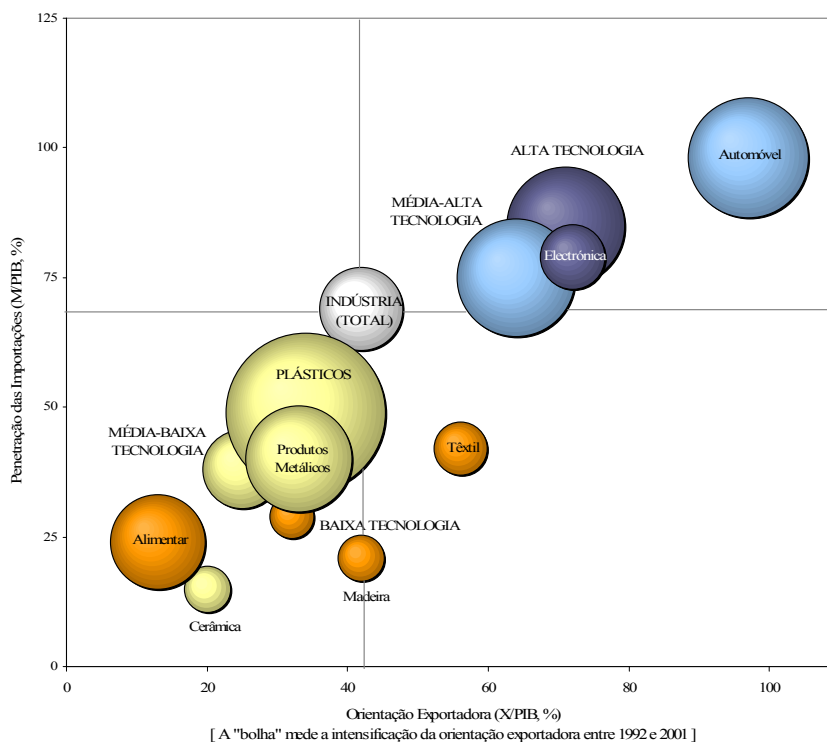
- A indústria portuguesa regista défices comerciais expressivos e semelhantes (em torno dos 12-14% do respectivo PIB), em todos os segmentos tecnológicos com excepção do segmento de mais baixo nível tecnológico, onde alcança um excedente bastante menos expressivo (inferior a 5% do respectivo PIB) em termos relativos;

Os desequilíbrios evidenciados pela especialização tecnológica da indústria portuguesa surgem como uma espécie de “**amplificação**” dos desequilíbrios da Europa do Sul e da própria União Europeia, no quadro mais geral das suas dificuldades competitivas em relação às economias japonesa e norte-americana.

A evolução registada na estrutura da exportações industriais por níveis tecnológicos ao longo da última década (1992-2001) permite, no entanto, perceber que a **indústria portuguesa**, embora mantendo a especialização tecnológica mais vulnerável no seio da Europa do Sul, sofreu uma **evolução positiva**, em grande parte justificada pelo impacte directo e indirecto dum número restrito de grandes investimentos no sector automóvel e na electrónica, ao contrário da Espanha e da Itália que agravaram ligeiramente as diferenças em relação à média da OCDE.

A organização de uma visão de conjunto, por segmentos tecnológicos e indústrias, das relações entre inserção externa e nível tecnológico revela, com especial clareza no caso português, a **existência de uma relação estreita, fortalecida pelos contornos da aceleração da própria globalização, entre os processos de desenvolvimento tecnológico e internacionalização.**

**GRÁFICO 10: ORIENTAÇÃO EXTERNA E NÍVEL TECNOLÓGICO**



Fonte: OCDE (2005), *Science, Technology and Industry Scoreboard 2005*

A experiência portuguesa separa numa hierarquia sequencial ascendente de base tecnológica a intensidade do fenómeno de orientação das actividades industriais para a exportação, isto é, as actividades com maior intensidade tecnológica surgem como as actividades mais internacionalizadas, enquanto as actividades de menor intensidade tecnológica surgem como as menos internacionalizadas (a única excepção é fornecida pela grande fileira do têxtil que, com baixa intensidade tecnológica surge com um grau de internacionalização superior à média da indústria, mas inferior ao das fileiras da electrónica e do automóvel).

O **contexto macroeconómico** da preparação e execução do **próximo período de programação estrutural** na economia portuguesa é, assim, seguramente, bem **mais complexo e difícil** que os contextos macroeconómicos enfrentados nos primeiros quinze anos posteriores à plena adesão de Portugal à União Europeia.

A economia portuguesa enfrentará, por outro lado, um “mix” das políticas macroeconómicas de regulação conjuntural, com influência relevante na evolução das taxas de câmbio e de juro, que, tendo em consideração as tendências desenhadas ao longo de 2005, comportará, com grande probabilidade, a entrada numa conjuntura com taxas de juro mais elevadas e com um moeda europeia menos apreciada.

A confirmar-se este quadro conjuntural, ele representará uma situação onde importará prestar ainda maior atenção ao carácter estrutural das políticas públicas de apoio à competitividade e ao desenvolvimento empresarial valorizando os aspectos qualitativos decisivos da alteração do **padrão de especialização** (custo do trabalho e baixo nível tecnológico → diferenciação, I&D e nível tecnológico mais elevado), do **modelo de negócios** (dinâmica de oferta reactiva → dinâmica pró-activa de resposta à procura) e da **lógica de crescimento** (extensiva → intensiva) vigentes na economia portuguesa.

Os desafios que se colocam à economia portuguesa correspondem, portanto, não só à necessidade de “refundar” a capacidade competitiva das empresas portuguesas na produção e distribuição de bens e serviços transaccionáveis, como de o fazer, necessariamente, num quadro de mudança da sua especialização ao nível dos sectores e dos produtos, por forma a aproveitar de forma mais activa e sustentada as oportunidades de mercado.